

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Tuper S.A.

31 de dezembro de 2020 e 2019
com o Relatório do Auditor Independente

Tuper S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tuper S.A.
São Bento do Sul (SC)

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tuper S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tuper S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Covenants - vencimento antecipado

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com instituições financeiras e outros credores, os quais contêm cláusulas de compromissos sujeitas a determinados índices restritivos de dívida (“debt covenants”), e que são aferidos periodicamente. Em 31 de dezembro de 2020, alguns desses covenants não foram atendidos. Desta forma, de acordo com os contratos mantidos com às instituições financeiras, os saldos dos empréstimos, financiamentos e debêntures poderiam ser requeridos a serem pagos de imediato. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) determinam que tais dívidas, nestas circunstâncias, sejam reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante. A Companhia optou por não proceder tal reclassificação e, desta forma, em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante estava subavaliado e o passivo não circulante estava superavaliado em R\$292.394 mil (R\$153.008 mil em 31 de dezembro de 2019).

Impostos diferidos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado na rubrica de “Impostos diferidos” no ativo não circulante, o montante líquido de R\$ 60.120 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos. Entretanto, a Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos exercícios, não conseguindo retomar a lucratividade a níveis que permitam concluir quanto a realização desses créditos conforme requerido pelo CPC 32/ IAS 12 - Tributos sobre o lucro. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 60.120 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante excedeu o ativo circulante individual e consolidado em R\$291.339 mil e R\$ 285.752 mil, respectivamente, sem considerar o assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”. Adicionalmente, conforme divulgado nessa nota explicativa, a Companhia havia renegociado parte de sua dívida mediante um plano de recuperação extrajudicial homologado em 2018 no Poder Judiciário de Santa Catarina, conforme previsto nos artigos 162 e 163 da Lei 11.101/05. Entretanto, em 2020, a Companhia deixou de atender determinadas condições estabelecidas no Plano, o que possibilita aos credores solicitar a resolução do mesmo, sendo que até a presente data não teve o novo plano de recuperação extrajudicial homologado. Até que suas operações se tornem recorrentemente rentáveis, o que depende do sucesso das medidas adotadas pela Administração para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial, as quais incluem a plena continuidade do Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia dependerá do suporte financeiro de terceiros para financiar suas operações conforme descrito nas referidas notas explicativas.

Essas condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, inclusive no que se refere aos créditos a receber com partes relacionadas no montante de R\$177.473 mil em 31 de dezembro de 2020, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase - programa de parcelamento tributários (Refis)

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 15 e nº 16 às demonstrações financeiras, que descrevem as incertezas e os possíveis impactos relacionados com o resultado das ações judiciais movidas pela Companhia contra a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) e Receita Federal do Brasil (“RFB”), em virtude da sua exclusão dos programas de parcelamento fiscais (“Refis”). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, relacionados a temas tributários, cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa 16. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, a Companhia constituiu provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$46.132 mil e R\$47.687 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. Para as demandas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, no montante de R\$339.594 mil e R\$340.349 mil, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realizou divulgação em nota explicativa.

Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas, bem como ao fato de que a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportada por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos; inspeção de atas; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, com o suporte de nossos especialistas da área tributária; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as estimativas preparadas pela administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

Tuper S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.221	682	3.701	973
Aplicações financeiras	5	11.931	51.565	16.701	51.879
Contas a receber	6	147.489	125.974	163.699	132.497
Estoques	7	120.201	87.079	126.033	93.386
Impostos a recuperar	8	63.911	44.525	64.330	44.657
Dividendos a receber		5.179	-	-	-
Outros créditos		1.894	1.216	2.104	1.366
Despesas antecipadas		1.311	1.541	1.350	1.570
Total ativo circulante		354.137	312.582	377.918	326.328
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	1.323	356	1.334	391
Impostos a recuperar	8	57.558	81.621	57.558	81.621
Impostos diferidos	23.b	60.120	65.173	60.120	65.173
Depósitos judiciais	16	3.253	2.913	3.361	2.983
Créditos com partes relacionadas	17	177.473	177.473	177.473	177.473
Outros créditos		1.415	485	1.415	485
		301.142	328.021	301.261	328.126
Propriedade para investimentos	10	2.891	2.891	2.891	2.891
Investimentos em controladas	9	792	792	-	-
Outros Investimentos		10	10	10	10
Imobilizado	11	374.165	392.804	380.584	399.649
Intangível	12	127.329	129.449	127.329	129.449
		505.187	525.946	510.814	531.999
Total ativo não circulante		806.329	853.967	812.075	860.125
Total do ativo		1.160.466	1.166.549	1.189.993	1.186.453

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores	13	287.878	230.962	288.552	231.758
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	269.866	244.833	285.698	265.068
Arrendamento mercantil		4.942	3.815	7.308	5.653
Obrigações sociais		16.293	17.259	17.233	18.170
Obrigações tributárias		4.921	3.817	8.028	6.909
Parcelamentos tributários	15	25.303	17.346	27.959	18.241
Partes relacionadas	17	9.235	-	-	-
Adiantamento de clientes		18.201	25.451	18.273	7.338
Outras obrigações		8.837	19.201	10.619	21.417
Total passivo circulante		645.476	562.684	663.670	574.554
Passivo não circulante					
Fornecedores	13	74.675	86.977	74.675	86.977
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	255.016	294.768	270.785	294.768
Arrendamento mercantil		846	2.315	5.080	7.148
Obrigações tributárias		929	865	929	865
Parcelamentos tributários	15	42.049	51.934	47.589	54.646
Partes relacionadas	17	15.765	-	-	-
Provisão para contingências	16	46.132	44.482	47.687	44.971
Total passivo não circulante		435.412	481.341	446.745	489.375
Total do passivo		1.080.888	1.044.025	1.110.415	1.063.929
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	175.000	175.000	175.000	175.000
Ajustes de avaliação patrimonial	18.b	32.997	35.070	32.997	35.070
Prejuízos acumulados		(128.419)	(87.546)	(128.419)	(87.546)
Total do patrimônio líquido		79.578	122.524	79.578	122.524
Total do passivo e patrimônio líquido		1.160.466	1.166.549	1.189.993	1.186.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	19	1.012.881	1.012.246	1.074.127	1.070.775
Custos dos produtos/serviços vendidos	20	(856.174)	(828.650)	(856.555)	(828.369)
Lucro bruto		156.707	183.596	217.572	242.406
Despesas com vendas	20	(87.306)	(106.786)	(113.974)	(133.854)
Despesas gerais e administrativas	20	(21.516)	(22.982)	(25.065)	(26.948)
Outras receitas e despesas, líquidas	20/21	1.665	73.045	623	73.075
Equivalência patrimonial	9	20.114	17.065	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		69.664	143.938	79.156	154.679
Receitas financeiras	22	41.637	107.557	41.917	107.802
Despesas financeiras	22	(149.194)	(141.254)	(153.999)	(147.725)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(37.893)	110.241	(32.926)	114.756
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.a	-	(30.570)	(4.967)	(35.085)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	(5.053)	(1.173)	(5.053)	(1.173)
Lucro (prejuízo) do exercício		(42.946)	78.498	(42.946)	78.498
Lucro (prejuízo) líquido por ação, básico e diluído - em reais	25	(110,07)	201,20	(110,07)	201,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(42.946)	78.498	(42.946)	78.498
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(42.946)	78.498	(42.946)	78.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	175.000	37.262	(168.236)	44.026
Lucro líquido do exercício	-	-	78.498	78.498
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.192)	2.192	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	175.000	35.070	(87.546)	122.524
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(42.946)	(42.946)
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	(2.073)	2.073	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	175.000	32.997	(128.419)	79.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre resultado	(37.893)	110.241	(32.926)	114.756
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	29.000	29.963	31.052	31.863
Equivalência patrimonial	(20.114)	(17.065)	-	-
Rendimentos e atualizações financeiras	(12)	(94)	(12)	(94)
Provisão de juros e variação cambial	75.413	71.012	77.586	75.693
Provisão para contingências	1.650	2.610	2.716	1.557
Provisão para perdas com outros ativos	5.410	2.120	5.693	2.172
Créditos tributários	(8.311)	(109.043)	(8.311)	(109.043)
Baixas do ativo permanente e outros investimentos	394	126	394	130
Variações nos ativos e passivos:				
Redução/(aumento) das contas a receber	(23.787)	25.235	(33.733)	30.288
Redução/(aumento) dos estoques	(37.227)	8.804	(36.752)	8.742
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	12.988	4.282	12.701	4.254
Redução/(aumento) de outros ativos	(1.718)	(1.309)	(1.826)	(1.348)
Aumento/(redução) de fornecedores	36.424	16.524	36.302	16.553
Aumento/(redução) de obrigações sociais	(966)	(2.008)	(937)	(2.159)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	(760)	(1.469)	3.844	2.198
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(30.570)	(4.967)	(35.085)
Aumento/(redução) de outros passivos	(17.614)	13.098	137	3.636
Fluxo de caixa originado nas atividades operacionais	12.876	122.457	50.961	144.113
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos	14.935	17.065	-	-
Aquisição de imobilizado	(6.537)	(6.276)	(6.792)	(6.499)
Aquisição de intangível	(488)	(1.093)	(488)	(1.093)
Aplicação financeira	39.646	(16.612)	35.190	(16.137)
Fluxo de caixa aplicado (originado) nas atividades de investimento	47.556	(6.916)	27.910	(23.729)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	459.152	837.103	482.321	976.040
Amortização de empréstimos e financiamentos	(482.919)	(891.924)	(520.130)	(1.030.405)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.742)	(56.945)	(33.818)	(60.186)
Pagamento de arrendamento mercantil	(2.384)	(3.410)	(4.516)	(5.389)
Fluxo de caixa aplicado em atividades de financiamento	(58.892)	(115.176)	(76.141)	(119.940)
Variação líquida do caixa e valores equivalentes	1.539	365	2.728	444
Caixa e valores equivalentes no início do exercício	682	317	973	529
Caixa e valores equivalentes no fim do exercício	2.221	682	3.701	973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Fundada em 1971, a TUPER S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede social em São Bento do Sul, Santa Catarina, Brasil. A TUPER S.A. controla 7 subsidiárias integrais, doravante coletivamente denominadas “TUPER” ou “Grupo”.

Com 50 anos de atuação, a TUPER figura entre as principais processadoras de aço do Brasil. Seu parque fabril encontra-se instalado em Santa Catarina e tem capacidade para processar mais de 800 mil toneladas de aço por ano. Com cerca de 1.800 profissionais e 21 pontos de distribuição em todo território nacional, a Companhia atua em diferentes setores estratégicos da economia, como: automotivo, industrial, agronegócios, construção civil e óleo e gás.

Portfólio de produtos e foco de atuação

A TUPER conta com um amplo portfólio de produtos, que contempla, tubos de aço carbono pretos e galvanizados para aplicações industriais, estruturais e de condução; tubos API; eletrodutos galvanizados; perfis estruturais metálicos; peças e componentes automotivos; sistemas de exaustão para veículos originais; escapamentos, catalisadores e ponteiras para o mercado automotivo de reposição; sistemas de coberturas metálicas; lajes nervuradas; escoras metálicas; andaimes; estacas. A evolução da sua linha de produtos acompanha as tendências do mercado e atende às mais exigentes normas nacionais e internacionais.

Atenta às oportunidades e demandas de mercado, a TUPER contribui de forma significativa para impulsionar o setor do aço. Integra também o Comitê de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e conta com premiações e o reconhecimento dos principais setores em que atua.

Estrutura de capital

Em 6 de outubro de 2016 a TUPER S.A. e a ArcelorMittal Brasil S.A., por meio da subsidiária Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., oficializaram a associação estratégica que contempla a capitalização de créditos financeiros em capital correspondente à 40% das ações da TUPER.

A associação estratégica trouxe vantagens para as duas companhias e também possibilitou fortalecimento do mercado nacional por meio do desenvolvimento de produtos competitivos, inovadores, de alta qualidade e valor agregado.

Nesta configuração, a ArcelorMittal Brasil passou a ser um parceiro estratégico com grande consumo de bobinas laminadas e galvanizadas produzidas nas unidades ArcelorMittal. Por sua vez, a TUPER ganhou maior segurança no abastecimento da matéria-prima, visto que as companhias firmaram acordo de fornecimento das matérias-primas produzidas pela ArcelorMittal. Essa combinação resulta no atendimento efetivo e pleno aos clientes, tanto no mercado interno como no externo.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Medidas de equacionamento econômico e financeiro

O prejuízo apresentado de R\$ 42.946 ainda reflete os efeitos negativos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19) sobre a atividade econômica nacional e por consequência para a Companhia, além do relevante impacto da variação cambial contabilizada no exercício. O capital circulante negativo no valor de R\$291.339 e R\$285.752, respectivamente individual e consolidado, é atribuído principalmente à captação de recursos com vencimento no curto prazo para financiamento do capital de giro.

Diante desse contexto, a TUPER mantém o seu plano de reestruturação e fortalecimento que inclui várias ações, dentre as quais podemos destacar o alongamento do prazo de vencimento dos recursos de terceiros, ampliação de novas linhas de crédito para capital de giro e redução de custos e despesas.

Plano de Recuperação Extrajudicial

No exercício de 2018, a Companhia renegociou a maior parte da dívida com seus credores, mediante a celebração de um plano de recuperação extrajudicial, que garantiu um período de carência para a amortização e alongamento do prazo de pagamento, contribuindo com a retomada do seu ciclo operacional.

No entanto, considerando que o desempenho da economia não aconteceu na mesma velocidade que estava prevista no plano, a Companhia iniciou uma nova rodada de negociações com os credores a fim de rediscutir o cronograma de amortização, visando o alongamento da dívida e propondo um novo período de carência, estabelecendo assim um fluxo de caixa sustentável.

Em outubro de 2020 a Companhia concluiu a negociação e conseguiu obter o apoio da ampla maioria de seus credores para ingressar com um novo Plano de Recuperação Extrajudicial, tendo protocolado o pedido de homologação perante o Judiciário em 08 de outubro de 2020, visando garantir seus efeitos legais. O Plano concebido com a adesão da maioria dos credores foi recebido pela Justiça Estadual no início de novembro de 2020. No decorrer do processo 3 credores impugnaram o Plano, sendo que na sequência a Tuper apresentou sua resposta às impugnações e reiterou a homologação do Plano. A última movimentação ocorreu em fevereiro de 2021, quando o Ministério Público emitiu parecer favorável à aprovação do Plano. No momento da emissão destas demonstrações financeiras a Companhia aguarda a decisão da Juíza da Vara de São Bento do Sul e, uma vez transcorridos os trâmites legais, espera obter a homologação do Plano no primeiro semestre de 2021.

Em consonância com a proposta de repactuação, tendo como ponto de partida o saldo apurado em 30 de junho de 2020, a Companhia retomou os pagamentos a partir do mês de julho de 2020.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos Pandemia Covid-19

A TUPER foi afetada pela pandemia da Covid-19 principalmente em virtude da parada abrupta do mercado automotivo e queda dos mercados do petróleo, com impactos em sua cadeia produtiva refletindo em reduções significativas nos volumes de produção e de vendas comprometendo os fluxos de caixa principalmente nos meses de abril e maio de 2020.

A Administração da Companhia rapidamente implementou as medidas de redução de jornada e suspensão permitidas pela Medida Provisória 936, preservando assim 1.800 empregos diretos, além de outras medidas de redução de custos em geral, visando mitigar os efeitos da crise e adequar a estrutura operacional diante dos níveis de produção.

Apesar do contexto desafiador, a partir de junho de 2020, a Companhia vivenciou uma retomada acelerada do mercado com uma volta aos níveis de demanda anteriores à crise da pandemia da Covid-19, contextualizando um cenário mais positivo no segundo semestre de 2020.

Alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, a Companhia tomou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, diminuição dos turnos de trabalho nas operações para reduzir o número de profissionais circulando, rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs), testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal e ampliação dos serviços de medicina.

A Companhia vem atuando fortemente por meio do setor de Medicina do Trabalho e do Comitê de Crise e Comunicação, monitorando constantemente a evolução da pandemia, atuando na implementação de planos de contingência e acompanhando os impactos em relação aos seus funcionários, suas operações, a economia local e global, o fornecimento, a demanda de seus produtos e a comunidade.

2. Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstração, por não existir diferença das demonstrações financeiras individuais e consolidadas entre o patrimônio líquido e resultados atribuíveis aos acionistas da controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e sua emissão foi aprovada pela Diretoria em 27 de abril de 2021.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A Companhia adotou todas as normas vigentes em 31 de dezembro de 2020 em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos, ainda, que as práticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Objetivando uma melhor apresentação e comparabilidade, a Companhia reclassificou o montante de R\$ 34.390 entre as linhas de “Deduções da receita” e “Custo dos produtos vendidos” nos valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com reflexo na demonstração do resultado e nas notas explicativas 19 e 20. Na demonstração do resultado os valores permaneceram inalterados a partir do resultado bruto. Esta reclassificação se deve a parcela de tributos não recuperáveis, principalmente em virtude dos recolhimentos antecipados por substituição tributária, os quais são melhor classificados nas deduções da receita.

2.1. Bases para preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamento da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes divulgadas na nota explicativa 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Tuper S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, apresentadas a seguir:

Razão social	País Sede	Relação	% de Participação	
			12/2020	12/2019
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-DF	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-RS	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-SC	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MG	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. Prod. Metal S.A.-DF	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr. de Escap. S.A.-SP	Brasil	Direta	100%	100%
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MT	Brasil	Direta	100%	100%

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Investimentos nas demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4. Moeda funcional e transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas e estão apresentadas em reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, definida devido ao ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual são realizadas suas principais operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos e mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando expirarem o direito de receber fluxos de caixa do ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratual. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas no exercício.

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, no entanto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi identificada necessidade de provisão para impairment.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos da data do investimento.

2.9. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para perdas, quando necessário.

2.10. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para auferir aluguel ou para valorização do capital. Não são mantidas para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, finalidades administrativas ou venda no curso ordinário do negócio. As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo seu custo e após o reconhecimento inicial a Companhia e suas controladas também mensuram, somente para efeitos de divulgação, tais propriedades pelo método de valor justo.

2.12. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo método do custo deduzido da respectiva depreciação e perdas por impairment, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções que não geram aumento no benefício econômico futuro, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

2.13. Intangível

Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível" nas Demonstrações Financeiras. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Intangível--Continuação

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Desenvolvimento de projetos

Os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos são capitalizados se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período do benefício econômico futuro. Gastos com pesquisa são registrados como despesas quando incorridos.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Debêntures

As debêntures emitidas foram registradas pelo seu valor líquido recebido, deduzidos os custos com transações utilizadas na captação dos recursos, sendo que os custos serão amortizados e os encargos financeiros reconhecidos como despesas financeiras no resultado durante o período de vigência das debêntures.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.16. Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

O CPC 06 (R2), estabeleceu novos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço, similar à contabilização dos arrendamentos financeiros. A Companhia considerou as isenções relacionadas a contrato de curto prazo e bens de baixo valor. A natureza dos contratos de arrendamento é substancialmente de aluguéis de imóveis.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Provisões

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos com riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão, nem divulgação.

2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o Lucro Tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a despesa de imposto de renda e contribuição social é impactada pela adoção, em diversas das controladas, do sistema de apuração com base no lucro presumido, conforme legislação fiscal Brasileira.

2.19. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.20. Reconhecimento da receita de vendas

A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços, conforme requisitos do CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente.

A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares, e apresentada pelo seu valor líquido.

2.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e em seus respectivos atos societários. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos e/ou alterados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2020. No entanto, a Administração da Companhia avaliou tais normas e/ou melhorias e concluiu que as mesmas não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, são elas:

- (a) Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- (b) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- (c) Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- (d) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; e
- (e) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Algumas normas e interpretações foram emitidas, mas ainda não são efetivas na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Da mesma forma, determinadas normas atualmente em vigor foram alteradas e serão aplicadas no futuro.

Em análise preliminar a Administração concluiu que não haverá impacto relevante às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação à emissão da IFRS 17 - Contratos de seguro e alterações ao IAS 1 no que tange à classificação de passivos como circulante ou não circulante.

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, e a capacidade de recuperabilidade dos ativos permanentes (*impairment*), realização do ativo fiscal diferido, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos trimestralmente.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são revisadas no mínimo anualmente, incluindo análise de sensibilidade.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamento e uso de estimativas contábeis--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas são:

- (a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) Constituição de provisão para perdas nos estoques; e
- (d) Realização dos créditos com partes relacionadas.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Ativos ao custo amortizado:** São classificados como ativos ao custo amortizado os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- **Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros se aproximam aos valores contábeis. Os instrumentos financeiros em sua maioria são valorizados por técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável (Nível 1), em alguns casos, técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível são empregadas (Nível 2).

A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreados em taxas fixas e variáveis.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de taxas de juros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos a variáveis de taxas de juros e a índices de reajustes da Companhia e de suas controladas, e os seus respectivos impactos no resultado de três meses estão abaixo demonstrados. A sensibilidade leva em consideração a definição de dois cenários adicionais, com uma deterioração de 25% (cenário possível) e outra de 50% (cenário remoto) aplicada sobre a parcela exposta a taxa variável considerada no cenário provável, conforme segue:

Operação	Indexador	Saldo em 31/12/2020	Consolidado		
			Receita (Despesa) com juros		
			Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Aplicações financeiras	1,90%	20.402	97	121	145
Capital de giro em moeda nacional	11,44%	(188.134)	(5.381)	(5.522)	(5.672)
Financiamentos em moeda nacional	6,92%	(181.320)	(3.360)	(3.494)	(3.627)
Financiamentos em moeda estrangeira	5,76%	(77.389)	(1.661)	(2.076)	(2.492)
Debêntures em moeda nacional	5,90%	(109.640)	(1.387)	(1.498)	(1.610)
Saldo líquido		(536.081)	(11.692)	(12.469)	(13.256)

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas também estão expostas ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está exposta a USD 14.892 relacionado a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, equivalente a R\$ 77.389 na posição consolidada, sendo todo montante na moeda dólar americano.

Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	6	4	6	4
Bancos conta movimento	2.215	678	3.695	969
Total de caixa e equivalentes	2.221	682	3.701	973
Aplicações financeiras	11.931	51.565	16.701	51.879
Total de aplicações financeiras	11.931	51.565	16.701	51.879

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras são, substancialmente, representadas por CDBs remunerados por taxas de 97,5% a 100% do CDI, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2019. Tais taxas podem ter referência diária ou mensal, dependendo a característica da aplicação na instituição financeira.

As aplicações financeiras mantêm a finalidade de cumprimento de garantia em contratos firmados com instituições financeiras.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cientes terceiros	162.454	127.329	188.197	150.940
Partes relacionadas (nota 17.a e 17.b)	8.178	16.241	503	752
Contas a receber	170.632	143.570	188.700	151.692
Venda para entrega futura	(4.025)	(750)	(4.025)	(750)
Provisão para perdas	(17.795)	(16.490)	(19.642)	(18.054)
Total do contas a receber	148.812	126.330	165.033	132.888
Parcela circulante	147.489	125.974	163.699	132.497
Parcela não circulante	1.323	356	1.334	391
Aging-list contas a receber	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos há mais de 365 dias	16.580	17.644	18.209	19.121
Vencidos entre 180 e 365 dias	715	589	852	669
Vencidos até 180 dias	3.025	5.101	962	5.314
Total	20.320	23.334	20.023	25.104
A vencer em até 90 dias	144.950	117.861	163.104	123.971
A vencer entre 90 e 180 dias	2.864	1.375	3.037	1.568
A vencer acima de 180 dias	2.498	1.000	2.536	1.049
Contas a receber de clientes	170.632	143.570	188.700	151.692
Movimentação da provisão para perdas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	(16.490)	(18.165)	(18.054)	(19.827)
Reversão de provisão	2.249	1.484	2.546	1.629
Baixa de provisão	-	1.934	-	2.084
Constituição de provisão	(3.554)	(1.743)	(4.134)	(1.940)
Saldo provisão para perdas	(17.795)	(16.490)	(19.642)	(18.054)

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por contas a receber de clientes, no valor de R\$ 144.133

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	49.525	31.771	50.266	32.243
Produtos em elaboração	33.658	23.105	33.658	23.105
Matérias primas	27.514	19.733	27.533	19.760
Material em poder de terceiros	3.162	3.641	3.162	3.641
Produtos para revenda	2.329	1.231	7.372	7.017
Almoxarifado	14.157	13.358	14.186	13.379
Outros estoques	72	351	72	352
Provisão para perda de estoque	(10.216)	(6.111)	(10.216)	(6.111)
Total dos estoques	120.201	87.079	126.033	93.386

Movimentação da provisão para perda de estoque	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo anterior	(6.111)	(4.250)	(6.111)	(4.250)
Reversão (constituição) de provisão	(4.105)	(1.861)	(4.105)	(1.861)
Saldo provisão para perda de estoque	(10.216)	(6.111)	(10.216)	(6.111)

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos e financiamentos bancários estão garantidos por estoques, estimados em R\$ 93.420

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	9.004	5.978	9.374	6.053
PIS/COFINS	9.865	5.356	9.865	5.355
IPI	15.146	5.049	15.146	5.049
Créditos tributários federais	86.553	109.043	86.553	109.043
Outros impostos a recuperar	901	720	950	778
Total de impostos a recuperar	121.469	126.146	121.888	126.278

Parcela circulante	63.911	44.525	64.330	44.657
Parcela não circulante	57.558	81.621	57.558	81.621

A Companhia detém créditos tributários provenientes de ações judiciais transitadas em julgado no âmbito federal. Em setembro de 2019, transitou em julgado a ação que discutiu a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 71.654. Em dezembro de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado da ação que discutiu a exclusão do crédito presumido do ICMS da base de tributação do IRPJ e da CSLL, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 6.580. Em novembro de 2020, transitou em julgado mais uma ação que discutiu a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 totaliza o montante de R\$ 7.651. Há também uma ação de menor monta, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 668.

De acordo com a avaliação da Administração, os créditos tributários serão compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil no período estimado de 4 anos.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos em controladas

Nome	Participação %	Patrimônio líquido		Resultado		Equivalência patrimonial		Valor patrimonial	
		12/2020	12/2019	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-DF	100%	120	120	2.569	1.381	2.569	1.381	120	120
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-RS	100%	60	60	1.706	1.884	1.706	1.884	60	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-SC	100%	60	60	3.216	2.385	3.216	2.385	60	60
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MG	100%	60	60	4.229	4.068	4.229	4.068	60	60
TUPER Distr. Prod. Metal S.A.-DF	100%	72	72	2.680	2.478	2.680	2.478	72	72
TUPER Distr. de Escap. S.A.-SP	100%	360	360	3.102	2.667	3.102	2.667	360	360
TUPER Distr.de Autopeças S.A.-MT	100%	60	60	2.612	2.202	2.612	2.202	60	60
		792	792	20.114	17.065	20.114	17.065	792	792

Por política interna, os lucros apresentados pelas empresas controladas, no momento de sua apuração, são distribuídos integralmente para a Controladora TUPER S.A., observando-se a constituição da reserva legal. Desta forma, o patrimônio líquido dessas controladas não apresentam movimentação patrimonial relativamente ao lucro auferido no exercício. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de dividendos a receber é de R\$ 5.179.

10. Propriedades para investimentos

A Companhia mantém classificados, como propriedades para investimento terrenos e edificações que não estão em uso pela mesma, como também sem operação e com utilização ainda indeterminada. Em 31 de dezembro de 2020, essas propriedades estão registradas ao custo de R\$ 2.891 na controladora e consolidado, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2019.

A política contábil da Companhia é o registro pelo custo histórico, sendo o valor justo estimado em R\$ 6.826 em 31 de dezembro de 2020, sem alterações com relação a 31 de dezembro de 2019, tendo como base estudo interno realizado pela Companhia, comparando imóveis semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos pelas propriedades para investimentos.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-
Saldo em 31/12/2018	19.758	106.289	255.614	13.189	-	8.937	1.230
Adições	-	416	2.191	1.041	8.846	1.709	919
Baixas	-	-	(115)	-	-	(11)	-
Transferências entre grupos	-	415	998	-	-	4	(1.417)
Depreciação	-	(2.969)	(15.847)	(3.765)	(3.070)	(1.558)	-
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.151	242.841	10.465	5.776	9.081	732
Adições	-	498	2.712	261	1.609	762	2.304
Baixas	-	-	(349)	-	-	(45)	-
Transferência entre grupos	-	-	279	-	-	-	(279)
Depreciação	-	(3.018)	(16.041)	(3.262)	(2.574)	(1.496)	-
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.631	229.442	7.464	4.811	8.302	2.757

	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios e benfeit.	Máquinas e equipam.	Instalações	Arrendamentos	Outros	Imob. em Andamento
Vida útil estimada (em anos)	-	25 a 50	2 a 40	10	1 a 25	2 a 10	-
Saldo em 31/12/2018	19.758	106.408	255.617	13.293	-	9.316	1.230
Adições	-	457	2.192	1.067	16.767	1.864	919
Baixas	-	-	(115)	-	-	(15)	-
Transferências entre grupos	-	415	998	-	-	4	(1.417)
Depreciação	-	(2.976)	(15.847)	(3.805)	(4.780)	(1.701)	-
Saldo em 31/12/2019	19.758	104.304	242.845	10.555	11.987	9.468	732
Adições	-	521	2.712	280	2.981	961	2.318
Baixas	-	-	(349)	-	-	(45)	-
Transferência entre grupos	-	-	279	-	-	-	(279)
Depreciação	-	(3.026)	(16.043)	(3.299)	(4.433)	(1.643)	-
Saldo em 31/12/2020	19.758	101.799	229.444	7.536	10.535	8.741	2.771

As adições na rubrica de arrendamentos não geraram fluxo de caixa no exercício, tanto para a controladora quanto para o consolidado.

No grupo “Outros” estão classificados itens como Móveis e Utensílios, Computadores e Veículos.

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do imobilizado, em sua maior parte por imóveis, máquinas e equipamentos, no montante de aproximadamente R\$ 349.391.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora e Consolidado				
	Ágio	Softwares	Desenv. produtos	Outros	Total
Vida útil estimada (em anos)	-	5 a 20	5 a 10	-	-
Saldo em 31/12/2018	117.227	1.191	12.454	238	131.110
Adições	-	90	993	10	1.093
Transferências	-	13	-	(13)	-
Amortização	-	(401)	(2.353)	-	(2.754)
Saldo em 31/12/2019	117.227	893	11.094	235	129.449
Adições	-	102	310	76	488
Amortização	-	(256)	(2.352)	-	(2.608)
Saldo em 31/12/2020	117.227	739	9.052	311	127.329

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2020 para o ágio da unidade geradora de caixa Escapamentos. O método utilizado para a apuração foi o valor em uso, mensurado através de projeções de fluxo de caixa descontados, a partir de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa foi 9,5% em 31 de dezembro de 2020 (11% em 2019). Os fluxos de caixa para os períodos que excedem esse período foram projetados pelo método de crescimento constante, utilizando uma taxa de crescimento limitada a inflação de longo prazo do Brasil. Os estudos concluíram que o valor recuperável desta unidade geradora de caixa é superior ao valor contábil, portanto, não há indicação de desvalorização no exercício.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	45.479	38.689	46.153	39.489
Mercado externo	79.086	60.702	79.086	60.702
Partes relacionadas (nota 17.a / 17.b)	237.988	218.548	237.988	218.544
Contas a pagar de fornecedores	362.553	317.939	363.227	318.735
Parcela circulante	287.878	230.962	288.552	231.758
Parcela não circulante	74.675	86.977	74.675	86.977

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro	156.533	177.792	188.134	198.027
Financiamentos	258.709	255.805	258.709	255.805
Debêntures	109.640	106.004	109.640	106.004
Total empréstimos e financiamentos	524.882	539.601	556.483	559.836
Parcela circulante	269.866	244.833	285.698	265.068
Parcela não circulante	255.016	294.768	270.785	294.768

Saldos por vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em até 1 ano	269.866	244.833	285.698	265.068
De 1 a 3 anos	209.299	280.489	222.256	280.489
De 3 a 4 anos	14.687	8.403	17.499	8.403
De 4 a 5 anos	18.750	3.156	18.750	3.156
Acima de 5 anos	12.280	2.720	12.280	2.720
	524.882	539.601	556.483	559.836

Saldos por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais	447.493	454.127	479.094	474.362
Dólares	77.389	85.474	77.389	85.474
	524.882	539.601	556.483	559.836

Taxa média de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro em moeda nacional	11,33%	14,67%	11,44%	14,84%
Capital de giro em moeda estrangeira	-	9,65%	-	9,65%
Financiamentos em moeda nacional	6,92%	8,58%	6,92%	8,58%
Financiamentos em moeda estrangeira	5,76%	5,77%	5,76%	5,77%
Debêntures em moeda nacional	5,90%	8,40%	5,90%	8,40%

Capital de giro

Essa rubrica representa obrigações da Companhia junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, para atendimento de compromissos assumidos junto a fornecedores e clientes, e aporte no fluxo de caixa financeiro.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Financiamentos

Entre as linhas de financiamento incluem-se os contratos firmados nas modalidades destinadas a investimento em máquinas, edificações e demais ativos imobilizados, dos quais destacam-se os seguintes contratos:

- (I) Contrato firmado em 19 de outubro de 2010, no qual o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., concede à TUPER S.A. através da emissão de 20 (vinte) Cédulas de Crédito à Exportação "CCEs", recursos correspondentes a U\$ 30.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados trimestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 54.307. O contrato foi renegociado em 21 de setembro de 2020, observando condições semelhantes ao novo Plano de Recuperação Extrajudicial. O último vencimento do cronograma de amortização está previsto para 30 de junho de 2027.
- (II) Contrato firmado em 31 de março de 2011, no qual o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES concede a TUPER S.A. crédito corresponde a R\$ 60.496, destinado à instalação de uma nova unidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e modernização das instalações industriais. O contrato prevê algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros que são apurados anualmente no encerramento do exercício. Em abril de 2020 a Companhia aderiu à suspensão dos pagamentos pelo período de 6 meses, de acordo com o programa do Governo Federal para enfrentamento da crise gerada pela pandemia do novo Coronavírus.

Em outubro de 2020 os pagamentos foram retomados e os valores que deixaram de ser pagos foram capitalizados à dívida e redistribuídos no cronograma de vencimentos. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 20.540, sendo o último vencimento previsto para 15 de janeiro de 2024.

Debêntures

Em 13 de maio de 2013, a Companhia efetuou a distribuição pública da segunda emissão de debêntures simples, nominativa, escritural e não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos no valor de R\$ 150.000. A Companhia está sujeita a algumas cláusulas restritivas de dívida (covenants) que incluem, entre outras, a manutenção de índices financeiros apurados semestralmente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$ 109.640, tendo sido renegociado no novo Plano de Recuperação Extrajudicial, sujeito à homologação, conforme detalhado na nota 1. O último vencimento do cronograma de amortização do Plano está previsto para 30 de junho de 2027.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Cláusulas restritivas "Covenants"

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não observou alguns limites de índices financeiros previstos em determinados contratos de empréstimos e na escritura das debêntures, além do fato da Companhia estar aguardando a homologação do novo Plano de Recuperação Extrajudicial, assim, os desdobramentos desse processo sinalizam possível evento de vencimento antecipado no montante total de R\$ 292.394, com instituições financeiras, debenturistas e outros credores. Entretanto, considerando a adesão da ampla maioria dos credores no ingresso do novo Plano, a Companhia optou em manter o montante registrado no passivo não circulante, conforme os termos previstos originalmente nos contratos.

15. Parcelamentos tributários

		Controladora		Consolidado	
	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento Lei 11.941/09	07/2024	25.838	32.733	25.838	32.733
Parcelamento Lei 12.996/14	10/2029	1.055	1.181	1.055	1.181
Parcelamento INSS	12/2023	18.385	18.261	18.385	18.261
Parcelamento FGTS	02/2024	10.504	12.097	10.504	12.097
Parcelamento ICMS	03/2027	10.914	4.195	11.759	4.507
Parcelamento IRPJ e CSLL	02/2023	-	-	7.351	3.295
Outros parcelamentos	-	656	813	656	813
Total de parcelamentos tributários		67.352	69.280	75.548	72.887
Parcela circulante		25.303	17.346	27.959	18.241
Parcela não circulante		42.049	51.934	47.589	54.646

Devido a forte retração do mercado e recessão instalada do país, no período de novembro de 2015 à julho de 2016, a Companhia não honrou com o pagamento de algumas parcelas do Programa Refis instituído pela Lei n.º 11.941/09. Em consequência, na data de 16 de abril de 2016, foi notificada pela Receita Federal de sua exclusão no programa de parcelamento especial.

Com o objetivo de garantir a sua reinclusão no programa de parcelamento, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança, tendo obtido liminar favorável em 18 de agosto de 2016, assegurando assim seu direito ao parcelamento. A Companhia realizou o pagamento das parcelas em aberto, teve os débitos reinseridos no programa de parcelamento e vem cumprindo suas obrigações pontualmente.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Parcelamentos tributários--Continuação

Em 18 de maio de 2017 a Justiça Federal de primeiro grau decidiu pela reinclusão da Tuper no Programa Refis. A Procuradoria da Fazenda (PRF) recorreu da referida decisão ao Tribunal Regional Federal (TRF4), solicitando a exclusão do programa de parcelamento. O TRF4 deu razão à PRF e decidiu em 05 de dezembro de 2019 que a Tuper não teria direito ao benefício, em razão dos atrasos ocorridos. A Tuper inconformada com esta decisão, ingressou com novos recursos perante o TRF4 e Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e em 09 dezembro de 2020 obteve decisão que garantiu a permanência no Programa Refis, até o julgamento final do caso pelo STJ. A Companhia segue com expectativa de julgamento favorável nessa próxima etapa perante o STJ, tendo em vista os precedentes jurisprudenciais em seu favor.

Em caso de insucesso da ação judicial, o montante atualmente devido no referido parcelamento teria um incremento estimado de aproximadamente R\$ 70 milhões, decorrente da recomposição dos valores de multa de mora/ofício e dos juros anteriormente anistiados quando da adesão da Companhia ao programa de parcelamento.

16. Provisão para contingências

A Companhia mantém provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A Administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.577	10.587	29.708	41.872
Constituição de provisões	2.927	1.049	1.047	5.023
Reversão de provisões	(1.821)	(567)	(25)	(2.413)
Em 31 de dezembro de 2019	2.683	11.069	30.730	44.482
Constituição de provisões	748	2.335	706	3.789
Reversão de provisões	(1.223)	(872)	(44)	(2.139)
Em 31 de dezembro de 2020	2.208	12.532	31.392	46.132
Depósitos judiciais vinculados	(1.150)	(12)	-	(1.162)
Saldo líquido	1.058	12.520	31.392	44.970

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Em 31 de dezembro de 2018	2.713	10.715	29.986	43.414
Constituição de provisões	2.961	1.051	1.058	5.070
Reversão de provisões	(2.921)	(567)	(25)	(3.513)
Em 31 de dezembro de 2019	2.753	11.199	31.019	44.971
Constituição de provisões	1.249	2.903	711	4.863
Reversão de provisões	(1.228)	(875)	(44)	(2.147)
Em 31 de dezembro de 2020	2.774	13.227	31.686	47.687
Depósitos judiciais vinculados	(1.124)	(12)	-	(1.136)
Saldo líquido	1.650	13.215	31.686	46.551

Os depósitos judiciais não vinculados às contingências totalizam R\$ 2.091 (Controladora) e R\$2.225 (Consolidado) em 31 de dezembro de 2020.

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

a) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são acionadas em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, horas extras, entre outros. Cabe ressaltar que uma boa parte dessas demandas foram originadas na Vanzin Industrial de Auto Peças Ltda., em períodos anteriores à aquisição pela TUPER, bem como, recentemente com o desligamento de empregados em maior quantidade devido a reestruturação da estrutura organizacional.

b) Contingências cíveis

Correspondem a processos de natureza cível, além de outras causas de menor valor, destaca-se um processo de valor em torno de R\$ 9.374 registrado no último trimestre de 2017, cuja expectativa é de responsabilidade da TUPER pela indenização no montante citado.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para contingências--Continuação

c) Contingências tributárias

O montante de R\$ 31.686 em 31 de dezembro de 2020 refere-se a diversas ações envolvendo tributos, as quais estão sendo discutidas na esfera administrativa.

Causas classificadas como “possíveis”

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como “possíveis”.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ações trabalhistas	1.009	520	1.424	1.522
Ações cíveis	35.988	31.547	36.328	31.840
Ações tributárias	323.610	297.616	323.610	297.616
Total de perdas possíveis	360.607	329.683	361.362	330.978

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas, em linha com requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. O departamento jurídico faz o acompanhamento dos processos da Companhia e a cada trimestre realiza a atualização formal da atual situação dos processos através de relatórios emitidos por seus consultores externos.

Nas ações cíveis destaca-se uma ação de ordem indenizatória no montante de R\$ 9.339, na qual os assessores jurídicos consideram a TUPER em sensível vantagem, porém, em razão dos expressivos valores discutidos a demanda merece atenção. Também foram considerados R\$ 17.196 correspondentes a execução judicial promovida em contrato na qual a TUPER figura como avalista de empréstimo bancário.

As ações tributárias referem-se principalmente a notificações da Secretaria de Estado da Fazenda e da Receita Federal do Brasil, as quais estão sendo discutidas, em sua maioria, na esfera administrativa. Destaca-se um processo no montante aproximado de R\$ 141.446, relativo a notificação da Receita Federal do Brasil, com relação a dedutibilidade da despesa com amortização de ágio oriundo da incorporação da empresa TS Administração e Participações Ltda., ocorrida em fevereiro de 2004, com repercussão na apuração do IRPJ e CSLL, sendo discutida na esfera judicial.

Ainda, em decorrência dos fatos descritos na nota explicativa nº 15, foram considerados R\$ 70.000 em caso de insucesso da discussão judicial acerca do tema Programa de Parcelamento Refis.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas

a) Transações registradas na Controladora

Em suas atividades as empresas do Grupo realizam operações de compra e venda entre a TUPER e suas controladas, sendo 7 subsidiárias integrais, que geram direitos e obrigações e tem os efeitos eliminados na consolidação do Grupo. As transações oriundas de operações de compra e venda de insumos e produtos são efetuadas em condições acordadas entre as partes.

A Companhia mantém contrato de mútuo a receber da sua Controladora Tuper Participações S.A., o qual foi aditado em 3 de abril de 2017, suspendendo a cobrança de encargos financeiros, tendo recolhido o IOF calculado com base no novo vencimento. O saldo do mútuo com a Controladora será liquidado com retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, conforme previsto no plano de negócios da Companhia.

Em 6 de outubro de 2016 a Companhia recebeu investimento da empresa Armar Comércio Importação e Exportação Ltda., subsidiária da ArcelorMittal Brasil S.A., com a qual a TUPER mantém contrato de fornecimento de suas principais matérias-primas. As operações realizadas entre as partes são efetuadas a preços de mercado.

Em dezembro de 2020 a Companhia firmou contrato de mútuo a pagar com quatro de suas controladas, com suspensão de cobrança de encargos financeiros. Com relação ao IOF foi aplicada alíquota zero de acordo com o Decreto nº 10.572 de 11 de dezembro de 2020. Há cronograma de pagamentos mensais e o vencimento da última parcela do contrato mais longo está previsto para 14 de outubro de 2024.

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial da controladora.

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de controladas (nota 6)	7.675	15.489
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	503	752
Contrato de mútuo a receber da Controladora	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	185.651	193.714
Contas a pagar para Controladas (nota 13)	-	4
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	237.988	218.544
Contrato de mútuo a pagar para controladas	25.000	-
Total Passivos com partes relacionadas	262.988	218.548

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações entre partes relacionadas--Continuação

b) Transações sem eliminação no Consolidado

Os saldos abaixo apresentados referem-se às operações entre partes relacionadas existentes no balanço patrimonial consolidado.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber de ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 6)	503	752
Contrato de mútuo com a Controladora Tuper Participações S.A.	177.473	177.473
Total Ativos com partes relacionadas	177.976	178.225
Contas a pagar para ArcelorMittal Brasil S.A. (nota 13)	237.988	218.544
Total Passivos com partes relacionadas	237.988	218.544

c) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2020 a Administração da Companhia era composta por 5 membros do Conselho de Administração e 2 Diretores Estatutários. O total da despesa com remuneração e participação nos resultados a esses profissionais do exercício acumulado até 31 de dezembro de 2020 foi R\$ 3.021 (R\$ 2.942 em 31 de dezembro de 2019).

d) Avais e garantias

A TUPER mantém operações de aval e garantia entre partes relacionadas, em contratos com instituições financeiras.

Os avais e garantias concedidas em favor de FB Participações Ltda. e Steelmast Metalúrgica Ltda., empresas controladas pelo Diretor Presidente da Companhia, perfazem uma exposição de aproximadamente R\$ 22.000.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, pertencente aos acionistas, todos domiciliados no País, é de R\$ 175.000, dividido em 390.154 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao custo atribuído ao ativo imobilizado registrado na data de transição ao IFRS, que está sendo realizado contra a conta de Lucros Acumulados proporcionalmente à depreciação dos bens que lhe deram origem. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi realizado o montante de R\$ 2.073 líquido dos impostos (R\$ 2.192 em 31 de dezembro de 2019). O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 32.997 (R\$ 35.070 em 31 de dezembro de 2019).

c) Dividendos - Controladora

A política de distribuição de dividendos está estabelecida na letra "b" do artigo 36 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com alterações da lei nº 10.303/01.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita mercado interno	1.232.110	1.107.662	1.312.140	1.171.560
Receita mercado externo	58.500	178.910	58.500	178.910
Receita operacional bruta	1.290.610	1.286.572	1.370.640	1.350.470
Devoluções de vendas	(15.733)	(25.897)	(16.419)	(26.834)
Impostos sobre vendas	(261.996)	(248.429)	(280.094)	(252.861)
Receita operacional líquida	1.012.881	1.012.246	1.074.127	1.070.775

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por função	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos produtos/serviços vendidos	(856.174)	(828.650)	(856.555)	(828.369)
Despesas com vendas	(87.306)	(106.786)	(113.974)	(133.854)
Despesas gerais e administrativas	(21.516)	(22.982)	(25.065)	(26.948)
Outras receitas e despesas (nota 21)	1.665	73.045	623	73.075
Total das despesas por função	(963.331)	(885.373)	(994.971)	(916.096)

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos e despesas operacionais por função e natureza--Continuação

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos estoques	(762.025)	(730.658)	(762.406)	(730.377)
Salários e benefícios a empregados	(100.062)	(104.336)	(105.912)	(110.483)
Depreciação e amortização	(28.999)	(29.963)	(31.052)	(31.863)
Demais receitas (despesas)	(72.245)	(20.416)	(95.601)	(43.373)
Total das despesas por natureza	(963.331)	(885.373)	(994.971)	(916.096)

21. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos tributários (nota 8)	5.868	97.626	5.868	97.626
Honorários advocatícios	(379)	(9.487)	(379)	(9.487)
Indenizações em processos judiciais	(2.102)	(1.555)	(2.145)	(2.360)
Provisão/reversão de contingências	(992)	(1.718)	(2.053)	(655)
Ociosidade industrial	(521)	(1.486)	(521)	(1.486)
Provisão programa participação resultado	-	(3.922)	-	(4.143)
Demais receitas e despesas	(209)	(6.413)	(147)	(6.420)
Total de outras receitas e despesas	1.665	73.045	623	73.075

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Variação cambial ativa	30.949	34.024	30.949	34.024
Atualização créditos tributários	6.945	71.873	6.945	71.873
Juros recebidos	3.043	1.020	3.303	1.243
Outras receitas financeiras	700	640	720	662
	41.637	107.557	41.917	107.802
Despesas financeiras				
Variação cambial passiva	(66.016)	(41.119)	(66.016)	(41.119)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.468)	(62.786)	(59.357)	(68.140)
Juros sobre pagamentos em atraso	(11.985)	(12.421)	(11.999)	(12.427)
Juros sobre parcelamento de tributos	(3.405)	(4.847)	(3.826)	(5.090)
Multas sobre pagamentos em atraso	(1.197)	(3.819)	(2.055)	(4.485)
Despesas AVP de fornecedores	(1.556)	(3.876)	(1.556)	(3.876)
Imposto sobre operações financeiras	(420)	(1.178)	(459)	(1.199)
Pis e Cofins s/receitas financeiras	(177)	(3.276)	(177)	(3.276)
Outras despesas financeiras	(7.970)	(7.932)	(8.554)	(8.113)
	(149.194)	(141.254)	(153.999)	(147.725)
Resultado financeiro, líquido	(107.557)	(33.697)	(112.082)	(39.923)

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e conciliação com o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(37.893)	110.241	(32.926)	114.756
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	12.884	(37.482)	11.195	(39.017)
Efeito sobre diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	6.839	5.802	-	-
Diferença de alíquota em controladas (Lucro Real x Lucro Presumido)	-	-	3.561	2.822
Outros ajustes	(1.907)	(2.594)	(1.907)	(2.594)
Prejuízo fiscal para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(22.869)	-	(22.869)	-
Reconhecimento de IR/CS Diferido sobre prejuízo fiscal não contabilizado anteriormente	-	2.531	-	2.531
IRPJ e CSLL no resultado	(5.053)	(31.743)	(10.020)	(36.258)
Imposto corrente	-	(30.570)	(4.967)	(35.085)
Imposto diferido	(5.053)	(1.173)	(5.053)	(1.173)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais e Base Negativa de CSLL	130.715	130.715	130.715	130.715
Diferença temporária - Provisões	23.038	23.999	23.038	23.999
Diferença temporária - Impairment	1.587	1.753	1.587	1.753
Diferença temporária - Arrend. mercantil	(1.331)	37	(1.331)	37
Diferença temporária - Ágio	(39.857)	(39.857)	(39.857)	(39.857)
Diferença temporária - Vida útil	(37.279)	(33.659)	(37.279)	(33.659)
Diferença temporária - Custo atribuído	(16.281)	(17.328)	(16.281)	(17.328)
Diferença temporária - Bens reavaliados	(472)	(487)	(472)	(487)
Total dos impostos diferidos - ativo não circulante	60.120	65.173	60.120	65.173

A Administração prevê que os ativos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das contingências, perdas e das obrigações projetadas. Com relação aos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração estima que deverão ser realizados num período de aproximadamente dez anos, conforme plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui um saldo de aproximadamente R\$ 145.000 não registrados de Ativo Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL (R\$ 122.000 em 31 de dezembro de 2019).

Tuper S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Cobertura de seguros

A TUPER trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador.

As apólices de seguro são emitidas apenas em companhias de seguro de grande porte que possam atender a TUPER nas localidades onde possuímos operações. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura
Seguro abrangente	Veículos	Tabela Fipe + VMR 110%
Cobertura básica	Patrimonial	100%, com limite de R\$100.000 por sinistro
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais	R\$30.000
Risco coberto	Transportes nacionais	100%, com limite de R\$900 por carga (contratado pela transportadora)
Risco coberto	Transportes internacionais	100%, com limite de US\$ 500 por carga (contratado pela transportadora)

25. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por não possuir ações ordinárias com potencial dilutivo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(42.946)	78.498
Ações ordinárias em poder dos acionistas (ações)	390.154	390.154
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em reais (R\$)	(110,07)	201,20